



Artigos

MIGRAÇÃO, IMPRENSA E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS EM JARAGUÁ DO SUL/SC (1980-1990): fechando as fronteiras para os produtos indesejáveis do progresso

*Ancelmo Schörner**

*José Adilçom Campigoto***

Desde os anos 1970, com maior intensidade na década de 1980, Jaraguá do Sul/SC, foi palco de uma grande expansão industrial e urbana. Desse processo emergiram e se agudizaram problemas relacionados à especulação imobiliária e à infra-estrutura urbana de maneira geral. Num primeiro momento a migração era bem-vinda, pois era mão-de-obra pronta para ser usada nas indústrias da cidade. Depois, no início dos anos 1990, quando as principais fábricas passaram por um intenso processo de reestruturação produtiva, esse contingente não era mais necessário e passou a ser atacado através de uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos feita por rádios e jornais locais, opondo 'nós' e os 'outros'. Ao analisar os discursos e as práticas urbanas, veiculadas pelos jornais, que as camadas médias e a elite local fazem

* Doutor em História, Pós-doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, sob supervisão da Professora Maura Vêras e que conta com bolsa do CNPQ. Professor do Departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati. Blumenau/Brasil.

** Doutor em História, professor do departamento de História da UNICENTRO/PR, campus de Irati. Irati/Brasil.

do espaço urbano, pretendemos chamar a atenção para uma visão de Jaraguá do Sul construída a partir de seu centro. De outro ângulo estão os migrantes, que, historicamente, se localizam na periferia delimitada no espaço e na hierarquização social e reforçada nos mecanismos de estigmatização.

Palavras-chave: Migração; Imprensa; Fecha-fronteiras; Discursos

Introdução

Dentro de uma casa, não se pode dizer que os Lares estejam sempre com os Lares e os Penates com os Penates: freqüentam-se, passeiam juntos nas cornijas de estuque, nos tubos do termossifão, comentam os fatos da família, discutem com facilidade, mas também podem se dar bem por anos; ao vê-los reunidos, não se distingue qual é um e qual é outro. Os Lares viram passar por suas casas Penates das mais variadas proveniências e costumes; aos Penates, cabe disputar aos cotovelos um lugar ao lado dos Lares. A verdadeira essência de Leandra é argumento para intermináveis discussões. Os Penates acreditam ser o espírito da cidade, mesmo se chegaram no ano anterior, e que levam Leandra consigo quando emigram. Os Lares consideram os Penates hóspedes provisórios, inoportunos, invasivos; a verdadeira Leandra é a deles, que dá forma a tudo o que contém, a Leandra que estava ali antes da chegada desses intrusos e que restará depois que eles partirem.¹

Desde os anos 1970, com maior intensidade na década de 1980, Jaraguá do Sul/SC, foi palco de uma grande expansão industrial e urbana. Desse processo emergiram e se agudizaram problemas relacionados à especulação imobiliária e à infra-estrutura urbana de maneira geral. Num primeiro momento a migração era bem-vinda, pois era mão-de-obra pronta para ser usada nas indústrias da cidade. Depois, no início dos anos 1990, quando as principais fábricas passaram por um intenso processo de reestruturação produtiva, esse contingente não era mais necessário e passou a ser atacado através de uma intensa veiculação de propagandas e discursos negativos sobre os migrantes, feita por rádios e jornais locais. Neste período, observamos ainda, profundas alterações em seu território e em sua cultura, opondo 'nós' e os 'outros'.

Ao analisar os discursos e as práticas urbanas, veiculadas pelos jornais²,

¹ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*, p. 74-75.

² Os jornais citados e publicados em Jaraguá do Sul são: A Gazeta, AN Jaraguá, Correio do Povo, Espaço Popular, Gazeta de Jaraguá, Jaraguá News, O Mensageiro de Jaraguá, O Municipalista e Opinião. Citamos também o Jornal do Vale (Guaramirim) e o A Notícia (Joinville). A pesquisa foi feita no Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul Eugênio Victor Schmöckel entre 29/09/2003 e 31/10/2003 em onrais com datas de edição entre 1969 e 2003.

por exemplo, que as camadas médias e a elite local fazem do espaço urbano, pretendemos chamar a atenção para uma visão de Jaraguá do Sul construída a partir de seu centro. Centro pela polarização em torno de ruas centrais e centralizadoras que em suas representações resumem e englobam a cidade. De outro ângulo, de fora para dentro, estão os migrantes, que, historicamente, se localizam na periferia delimitada no espaço e na hierarquização social e reforçada nos mecanismos de estigmatização.

Um estigma é, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Atributos seriam meios de categorizar as pessoas, tanto negativa como afirmativamente, e estereótipo seria a identificação do indivíduo a um atributo. Assim, quando indivíduos se apresentam com atributos que os distingue dos outros e que, através deles se tornam - ou são tornados - socialmente inferiores, são portadores de estigmas. São pessoas - ou grupos - vistos como inabilitados para a aceitação social plena³.

As migrações vão mudando a composição da cidade, diversificando as culturas e pluralizando as identidades dos naturais, dos nativos⁴. Mas, apesar disso, há a idéia de perpetuar a mesmice cultural homogeneizante, isto é, promover uma jaraguaensização de tudo: trabalho, valores, cultura e hábitos: ou seja, não se pretende uma relação dialógica com os 'outros'.

No território da cidade vão se delineando fronteiras que marcam os espaços a serem ocupados pelos 'daqui' e pelos 'de fora', como que se aos negros, pobres e migrantes fosse permitido ocupar certos espaços, isto é, pode-se ir ao centro para comprar, pagar contas, trabalhar, produzir, mas devem voltar para a periferia, para o morro, para 'o seu lugar'. O centro passa a ser visto como sendo a cidade, acentuando o preconceito, a discriminação, a segregação e a recusa da alteridade.

As representações das elites sobre os espaços ocupados na cidade expressam bem a idéia que têm de todos aqueles que não podem pagar pelo bem morar. Dessa forma, a expressão 'loteamento' só pode ser aplicada para os espaços periféricos, para os lugares onde moram os migrantes, para os espaços de exclusão, dos pobres, dos trabalhadores. Espaço este que deve ser escondido da cidade ideal, daquela produzida para consumo externo e baseada na limpeza, na organização, na existência de equipamentos urbanos; deve ser escondido pela distância, pelo que resta da vegetação dos morros. Os 'outros', 'os de fora' devem ir para longe do

³ GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, p. 13ss

⁴ Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites, definindo os que são em relação aos que não são. Como as identidades são construídas no interior das relações de poder, elas são fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é 'um efeito do poder' (HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, p. 85).

centro, para os morros, para a periferia; para lugares sem equipamentos públicos de água, esgoto, segurança, energia, transporte e coleta de lixo.

Assim, 'nós' e os 'outros' criam uma imagem de oposição entre dois territórios mutuamente excludentes, embora, em princípio, ambos façam parte e constituam aquilo que denominamos a cidade de Jaraguá do Sul, onde a fronteira física pretende delimitar formas diferentes de comportamentos espacial e social. Dessa maneira, a exclusão social deixa de ser apenas um estatuto abstrato para ganhar a forma de um território, muito embora as dificuldades e desigualdades não desaparecem simplesmente porque procuramos evitá-las.

Concomitantemente, esta situação foi se definindo como espaço marginal, onde o lugar e a condição se mesclaram, passando a constituir uma só zona de opacidade no tecido social: se o lugar é marginal, posto que periférico, irregular ou clandestino, quem mora nele também é marginal. Permanece um forte sentimento de repulsa a este desvio do direito vigente, de tal forma que a categoria favelado, por exemplo, é imediatamente associada à categoria 'marginal', mesmo que a grande maioria de seus moradores não seja criminosa⁵. Ademais, a situação de irregularidade e clandestinidade serve para que o governo não faça os serviços necessários, ou o faça muito lentamente. Este padrão de segregação identifica os migrantes, por exemplo, com os males sociais a serem combatidos.

Os espaços onde moram os excluídos são territórios condenados, malditos. São eles os maus lugares da cidade, sobre os quais converge um tipo de representação construída e dada a ver pelo olhar cidadão que preside a ocupação formal do território. De fato, quanto mais nos afastamos do centro, mais evidentes se tomam os sinais da pobreza, expressas nos tipos de construção, na falta de arborização das ruas, na ocupação desordenada do espaço, onde se misturam residências, indústrias, oficinas e pequenos comércios. Os equipamentos públicos são geralmente escassos e os transportes coletivos mal conservados. Nas áreas de loteamentos recentes, as ruas sem pavimentação, molhadas pelas águas servidas de residências inacabadas, tem na maioria das vezes, um aspecto desolador.

A angústia social, produto das transformações no mundo do trabalho, da vivência cada vez mais habitual com o desemprego, com diminuição dos salários e com o aumento da criminalidade, deve ser imputada a alguém. É a instabilidade da vida cotidiana que se traduz em

⁵ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, p. 182.

um profundo sentimento de temor que se projeta sobre os migrantes, os negros, os pobres, que simbolizam o medo da decadência social. Dessa forma, aqueles que chegam depois que o progresso foi construído são os mais aptos a receberem essa pecha, afirmando a visão negativa sobre o migrante. Ou seja, os migrantes são uma horda de bárbaros tomando de assalto a cultura e a civilização da cidade alemã.

Grande parte das discussões sobre migrações internas em documentos oficiais ou na imprensa enfatiza o ônus causado pelos fluxos populacionais, particularmente aqueles dirigidos aos grandes núcleos urbanos⁶. Nessa perspectiva, as migrações são consideradas responsáveis pelo crescimento urbano explosivo bem como pelos diversos problemas sociais decorrentes deste. Por inferência, as dificuldades de ordem sociais ocasionadas e/ou sofridas pelas populações migrantes teriam origem na incapacidade destas de competir por empregos produtivos, condição essa que se traduziria em baixos níveis de renda – origem da miséria individual e das tensões sociais.

‘Nós’ e os ‘outros’: a cidade que se tem e a que se quer

Há, assim, um constante movimento de produção dos ‘outros’. Mas, quem são os ‘outros’? Por que são produzidos? Eles são os migrantes, os negros, os pobres. Pode-se dizer que são produzidos para a afirmação da germanidade a todo tempo requerida pelo passado da colonização, consolidando uma memória única do lugar e homogenizadora, muitas vezes responsável pelo apagamento de tensões e instituindo verdadeiros silêncios sobre trajetórias, mobilidades e seus significados. Mas, quem é jaraguense? Foram os que vieram com Jourdan no início do processo de colonização? Então os negros pobres moradores do Morro da Boa Vista seriam, mais do que ninguém, jaraguenses. São os naturais da cidade, quem aqui têm sua casa, sua família, seu emprego?

Os termos de oposição ‘aqui’ e ‘lá’, ‘nós’ e ‘eles’, são considerados como dados: o problema é usar o encontro com ‘eles’ para construir uma crítica de ‘nossa sociedade’. A cidade está carregada de ‘nós’ e de ‘outros’, de ‘centro’ e de ‘periferia’, e por mais que se queira negar, o ‘outro’ está perto, pois a relação se dá, inevitavelmente, com aqueles que não

⁶ O conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma concepção binária de diferença e está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Em todo caso, a questão da diáspora é colocada aqui principalmente por causa da luz que ela é capaz de lançar sobre as complexidades, não simplesmente de se construir, mas de se imaginar a nação e a identidade, onde um certo ‘sujeito imaginado’ está sempre em jogo (HALL, Stuart, *op. cit.*, p. 25ss).

queremos perto de nós, dentro de ‘nossas’ fronteiras⁷. O ‘outro’ está perto e não precisa ser exótico ou longínquo para ser outro. Uma vez excluído do domínio privilegiado da sociedade, o ‘outro’ é sutilmente nativizado e colocado num quadro diferente de análise.

Desta maneira a avaliação positiva dos migrantes – quando suprem a necessidade de mão-de-obra – passa a ser negativa, criando-se uma imagem que os joga contra a sociedade como um todo, sendo que uma das mais fortes é a de que ele veio roubar o emprego dos jaraguenses e, ocupando a periferia, trouxe a marginalidade e a criminalidade para uma cidade que não a conhecia. É neste jogo de tensões e competição pelos mesmos recursos num mesmo mercado de trabalho, moradia e educação, que se estabelece o conflito.

Dessa forma, com o aumento da população em Jaraguá do Sul, mudou o sinal da migração: de positivo para negativo, porém, o ‘sonho Jaraguá do Sul’ continuou atraindo os migrantes e a diversidade de ocupações atraía uma massa que excedia largamente as necessidades temporárias do capital. Instalou-se, assim, uma trajetória que englobou participação e exclusão, tensões e conflitos, preconceito e discriminação.

Do ponto de vista das elites, a pobreza que habita os morros não é apenas sinônimo de miséria: ela traz a insegurança, a violência, o medo. Trata-se, então, de delimitar, a partir do centro, aquilo que está às margens. Como o grupo se define pelo mecanismo de exclusão, tendo em vista uma característica demarcadora qualquer, ele sempre se vê ameaçado pelos elementos oriundos de fora dele, e essas fronteiras, ainda que fluidas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação⁸.

Como o que nos interessa é a alteridade rejeitada, negada, estigmatizada, reiteramos que a cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos, intervindo no espaço. Há um processo concomitante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dão sentido preciso. Os chamados indesejáveis, perigosos, marginais podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno, ou pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os selvagens, ou bárbaros de dentro. Eles se opõem à cidade que se quer e que deve se aproximar, em

⁷ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. “Mais além da ‘cultura’: espaço identidade e política da diferença”, p. 40.

⁸ GOMES, Paulo César. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*, p. 63.

maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada⁹.

Estas são questões abertas às tensões e diversidades, mas que estão diluídas em meio ao caráter ampliado e conciliatório da cidade hegemônica, reforçando imagens produzidas pelos empresários, encampadas pelo poder público, veiculadas pelos jornais e assimiladas de forma acrítica pela população, de modo que se consiga a produção de consensos. Onde estão os 'outros' neste olhar? Numa acepção mais simbólica, negros, migrantes, moradores de morros, continuam sendo, mesmo que longe dos olhos, o que sempre foram: párias em uma sociedade edificada sobre o trabalho.

O preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao 'outro' passaram a ocupar o lugar do antigo impulso racial, ao mesmo tempo em que há a construção de muralhas defensivas de todos os tipos, tamanhos e formas, para que a cidade hegemônica pudesse apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de pertencimento, onde não se abarca os processos mais amplos, o jogo da diferença e da semelhança¹⁰. A naturalização do termo paranaense para todo aquele que vem de fora, para todos os 'outros', opera, então, sua própria forma de silêncio na diferenciação que prolifera¹¹.

Como temos visto, ser migrante tem uma conotação negativa na maior parte do tempo. Geralmente o migrante é responsabilizado pelos problemas da cidade, como o desemprego, a diminuição dos salários, a marginalidade e a ocupação irregular dos terrenos. Isso pode ser observado em atitudes como as que tentam impedir as pessoas de irem e virem, de proibir a permanência de migrantes no município, fazendo, por exemplo, controle no próprio terminal rodoviário ou pagando passagens para que muitos deles voltassem (ou fossem para qualquer lugar) para os locais de origem, ferindo o direito constitucional de ir e vir, constituindo as cidades proibidas e a segregação ativa¹², conforme veremos.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade*, p. 12-12, grifos no original.

¹⁰ HALL, Stuart, *op. cit.*, p. 47.

¹¹ Ser alemão e jaraguense é estar em confronto com o 'outro'. Nesse tipo de discurso os efeitos de naturalização como fatos fixos são materializados e podem ser 'lidos' nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, os gestos, o andar e o vocabulário. Naturaliza-se, inclusive, a violência, imputando-lhe a característica de marginal natural ('está no sangue', 'tem que ser paranaense', 'só podia ser do Paraná').

¹² Como exemplo dessa segregação ativa a implantação do Programa Fecha-Fronteiras no Vale dos Sinos, em 1993, pelos prefeitos de Novo Hamburgo, Gramado e de São Leopoldo. "(...) O prefeito de Gramado, que (...) não quer 'importar miséria nem violência', encarregou nove 'fiscais comunitários' de circularem em bairros populares e indagarem aos migrantes se têm casa e emprego garantidos; em caso negativo, a prefeitura providencia sua viagem para fora do município" (VAINER, Carlos. "Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?", p. 170).

Assim, assiste-se à multiplicação de políticas sociais que pretendem gerenciar os excedentes populacionais, quase sempre em âmbito localizado e através de ações dispersas¹³. Esse processo é constituído pela generalização das ações surgidas em uma infinidade de municípios que têm formulado e aplicado políticas ativas de fechamento do território urbano a migrantes, mesmo que veladas, como era o caso de Jaraguá do Sul. No final, porém, a moralidade é dissociada das relações sociais que geram a pobreza e a indiferença; sua atenção e seus sentimentos estão dirigidos para o problema da assistência, e não para os fatores que geram a indignação.

Em 1983, por exemplo, o prefeito Durval Vassel mostrava-se preocupado com uma possível migração de flagelados das enchentes para o município

de forma desenfreada, o que viria trazer a inchação da cidade e sérios problemas de ordem social. Além de Jaraguá do Sul não ter sido diretamente atingida pelas cheias, muitos estão chegando na cidade atraídos por uma enganosa visão de aqui encontrar empregos e melhores meios de vida. Isso é preocupante, pois já existindo desemprego, os migrantes viriam juntar-se aos desempregados, aumentando ainda mais os problemas do município, que não dispõe de infra-estrutura capaz de suportar um fluxo desmesurado de flagelados. Mas isso não significa que não vamos aceitar, seria injusto e desumano, porém, há necessidade de serem encontradas fórmulas capazes de minimizar os efeitos¹⁴.

‘Enchente’, ‘onda’, ‘vaga’, eram palavras empregadas para expressar a intensidade e o significado das transformações na estrutura populacional da cidade nos anos 1980. Era desta forma que os jornais se referiam aos migrantes que afluíam à cidade. Possivelmente com essa forma um tanto ingênua de tratar a questão, esperava-se que tal onda passasse logo, tal como as vagas no mar.

O bairro de Nereu Ramos e adjacências está reclamando uma ação mais intensiva da polícia, *para conter a crescente onda de arruaças, brigas e roubos* (...) outras regiões necessitam de postos policiais, haja vista que o município possui tão somente uma delegacia anexa à cadeia, arcaica e obsoleta, e com a expansão demográfica em todas as direções, está a exigir maior aparelhamento para a proteção à comunidade¹⁵.

¹³ Entre janeiro e junho de 1996 a Secretaria de Habitação de Jaraguá do Sul forneceu 220 passagens, principalmente para o Oeste de Santa Catarina e para o Paraná (*Jornal Jaraguá News*, 11 jul./1996, p. 5).

¹⁴ *Jornal Correio do Povo*, 23 jul., 1983, p. 10.

¹⁵ *Jornal Correio do Povo*, 18 jul., 1987, p. 3, grifo nosso.

Por estas matérias evidencia-se a preocupação dos empresários com a segurança pública, mas frisa-se, não da população, e sim de seu patrimônio. Além disso, observa-se a preocupação com o aumento da criminalidade via migração a partir da divulgação e crescimento da cidade. Pelas datas das notícias acima percebemos que quase oito anos as separam, mas mesmo assim são ‘ondas’. Esses acontecimentos são vistos pelos empresários e pelo poder público não como parte constituinte de um processo histórico, mas como algo que já vai passar. Ademais, está implícita a idéia de quem comete crimes, quem é responsável pelo aumento de criminalidade, são apenas os ‘maus elementos’ que vêm de fora, pois o povo de Jaraguá do Sul, que só pensa em trabalhar, é pacífico e ordeiro.

O início dos anos 1990 foi um período de grande atividade na Secretaria de Bem-Estar Social, sob coordenação da primeira-dama Cecília Konell.

A secretária, visando atender a todos aqueles que se dirigem a sua sede em busca de auxílio, trabalhou dentro do possível para encontrar a melhor solução para cada caso, sendo que neste tipo de trabalho social ela efetuou 987 auxílios medicamentos; 108 auxílios funeral; 178 auxílios hospitalar; 531 auxílios médicos; 229 auxílios diversos; 268 auxílios exames; 141 auxílios óculos; 416 auxílios exames laboratório; 75 auxílios fotos. Foram doadas ainda 2.613 peças de roupas usadas a cerca de 150 pessoas e 90 plantas de casa de 60 m². Dentro do Programa dos Idosos foram feitas 640 doações de um conjunto contendo uma lata de leite Ninho, uma de Nescau e um quilo de açúcar. 122 pessoas foram beneficiadas com blocos de passes interbairros; foram dadas 38 passagens para Blumenau; 71 para Joinville; 80 para Florianópolis; 475 para Curitiba; 65 a outras cidades do Paraná; 77 para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; 205 à outras cidades catarinenses¹⁶.

Se nos anos 1980 a palavra para caracterizar o processo migratório era ‘onda’, nos anos 1990 ela era ‘desenfreada’, haja vista que a migração passou “a ser um dos problemas enfrentados pelo poder público da cidade, que poderá vir a conviver com a favelização, aumento da criminalidade e da fome”. À ela, foi acrescentada a expressão ‘o sonho virou pesadelo’, pois os problemas verificados eram os mesmos de outros pólos industriais do Estado¹⁷.

A migração continuava a preocupar empresários e autoridades. Segundo o Jornal do Vale¹⁸

¹⁶ *Jornal A Gazeta*, 25 jan., 1991, p. 7, grifo nosso.

¹⁷ *Jornal Correio do Povo*, 20 mar., 1993, p. 16.

¹⁸ *Jornal do Vale*, 06 abril/1990, p. 1.

as escolas experimentam um aumento das matrículas. São famílias inteiras que chegam, muitas das quais sem emprego fixo, desprovidas de qualificação, que vêm 'tentar a sorte', atraídas pela fartura de empregos que a região pode oferecer. O sonho virou pesadelo. Aqui abrigam-se em submoradias, sujeitando-se a péssimas condições de habitabilidade, criando sérios problemas de ordem social, pois favelização, aumento da criminalidade, escolas sem vagas, hospitais superlotados etc., contribuem para a queda de qualidade dos serviços prestados à comunidade.

O 3º. pólo industrial de Santa Catarina dava mostras de seu crescimento, pois além da "migração em alto grau que vem sendo verificada, os sinais de pobreza aparecem em focos que podem ser detectados em vários pontos do perímetro urbano do município. A favelização de Jaraguá do Sul já é uma realidade"¹⁹. Contudo, ela era negada pelo então prefeito Ivo Konell²⁰, que alegava que estava deixando o cargo satisfeito, entre outras coisas, porque em sua administração não surgiram favelas na cidade²¹.

Diante disso,

caberia aos segmentos que comandam as atividades públicas e econômicas mudarem a atual mentalidade que gera uma publicidade enganadora de mostrar Jaraguá do Sul como um município de alta renda, livre do desemprego e da miséria. Publicidade esta que atrai cada vez mais migrantes ávidos por empregos e melhores condições de vida, que, no entanto, ao chegarem à cidade se deparam com obstáculos que vão desde a falta de emprego e a não existência de moradias²².

Nas mesmas tintas o jornal esclarecia que não estava propondo uma atitude policesca, de cerceamento de liberdade de ir e vir. Contudo caberia, isto sim, uma ampla campanha de esclarecimento e conscientização a ser encabeçada por empresários e poder executivo, o que evitaria problemas maiores no futuro, como os que enfrentam outras cidades industrializadas. Ou seja, um desejo de fechamento da fronteira era perceptível, mas não assumido, e não deixava, novamente, de fazer parte de um conteúdo manifesto do discurso dominante em vista dos problemas sociais. Para o jornal a causa dos focos de favelização eram os migrantes, que cada vez mais eram atraídos pela publicidade sobre Jaraguá do Sul.

Segundo o *Correio do Povo*²³, já iam longe os anos em que a cidade era um modelo de organização humana.

¹⁹ *Jornal Opinião*, 26 fev.1993, p. 9.

²⁰ Ivo Konell foi prefeito de Jaraguá do Sul entre 1989-92 pelo PMBD (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

²¹ *Jornal Correio do Povo*, 23 dez.,1992, p. 20.

²² *Ibidem*.

²³ Edição de 05 fev., 1993, p. 2.

O progresso trouxe também o seu lado negativo, e à medida que o desenvolvimento se põe à mostra, na mesma proporção se propaga a miséria, algo perturbador onde, entre o lixo e o luxo, se tem a nítida visão do abandono. Para se dar conta disso, seria bom caminhar pelas periferias e colher os dados que não estão influenciando naqueles que sentam em ambientes de primeiro mundo e traçam um perfil que não conduz a nada²⁴.

Em agosto de 1993, a Secretaria de Bem-Estar Social fazia um balanço de suas atividades afirmando que

nestes primeiros seis meses de atividades, ela tem se empenhado no sentido de ouvir as pessoas e, na medida do possível, procurar atender a família jaraguense. Foram desenvolvidas atividades na área de promoção social com atendimentos emergenciais: 208 cestas básicas, 98 atendimentos com fotos, 67 plantas de casas, 27 documentos (...), 49 auxílios funeral, 782 atendimentos com materiais de construção, 203 *passagens (migrantes)*, oito auxílio transportes, 1.754 atendimentos com vestuário e calçados, 744 atendimentos para xérox etc. Houve ainda atendimento particular com psicóloga, ligações, solicitações de moradia e visitas domiciliares²⁵.

Esses números não diferem daqueles apresentados pela ex-secretária Cecília Konell em janeiro de 1991, mas uma coisa nos chama atenção: o desejo de “atender a família jaraguense”. Se for verdade que a secretaria procurava atender as famílias jaraguenses, então o quadro de pobreza já tinha se agravado de tal forma que a cidade mesmo convivía com o problema. Caso negativo, a cidade já tinha incorporado os migrantes à sua comunidade? O que nos parece é que aqui se trata apenas de um discurso, pois na verdade tanto parte considerável das famílias jaraguenses quanto as de migrantes, ou estrangeiros²⁶, como alguns jornais os chamavam, passavam por sérias dificuldades econômicas.

Dados da Secretaria de Bem-Estar davam uma mostra do quadro. Entre janeiro e maio de 1995, 11.285²⁷ famílias receberam algum tipo de atendimento numa relação de oito itens: alimentação, vestuário, auxílio funeral, transporte (ônibus), passagens para cidades catarinenses e de outros Estados, fotografias e confecção de documentos e carteira para idoso. No ano de 1994 este tipo de atendimento havia atingido cerca de 5.300 famílias²⁸.

²⁴ É interessante observar que o jornal se esquece de que ele era um dos maiores entusiastas do desenvolvimento de Jaraguá do Sul na década de 1970, publicando incansavelmente dados que atestavam o progresso da “Pérola do Itapocu”.

²⁵ *Jornal Espaço Popular*, 06 ago., 1993, p. 2, grifo nosso.

²⁶ Mas nem todos os ‘estrangeiros’ são mal vistos em Jaraguá do Sul. Aqueles que se dizem ‘jaraguenses de coração’, que ocupam cargos de prestígio, não moram na periferia, não sofrem o estigma imputados aos ‘outros’.

²⁷ Segundo a secretária 20% delas eram de migrantes, o que equivale a cerca de 2.250 famílias.

²⁸ *Jornal Correio do Povo*, 20 maio./1995, p. 6.

Desdobrados, os números dos primeiros quatro meses de 1995 já eram expressivos: 1.058 atendimentos com a concessão de 5.773 benefícios. Vale ressaltar que aí não estavam incluídas outras centenas de famílias assistidas por igrejas e outras entidades beneficentes. Segundo a Secretária do Bem-Estar Social, Maria Luiza Vasel,

na prática não há como se conter este processo de migração e empobrecimento deste expressivo número de famílias. Para isso, necessário seria a garantia de emprego e moradia, pelo menos, coisa que não está no alcance exclusivo do poder público. O que fizemos é apenas um paliativo, evitando-se que o quadro de pobreza seja ainda mais dramático²⁹.

O crescimento da população apresentava o retrato da pobreza, que “certamente em outros tempos tal quadro não seria verificado em Jaraguá do Sul”. Para as autoridades, este quadro, intrinsecamente ligado ao crescimento populacional, já está tornando-se comum³⁰.

As expressões ‘não estamos acostumados a isso’; ‘não faz parte de nossa cultura’; ‘notória invasão de famílias de outras regiões’, começavam a deixar claro, a partir daqueles anos, de quem era a culpa pelos problemas enfrentados pela cidade: dos migrantes. Por isso, o *Jornal Opinião*³¹ iria fazer a defesa do progresso, “pois na companhia dele caminham os problemas, e não há progresso sem convulsões sociais, por isso precisamos estar preparados para conviver com tais situações. Este é o preço! Quem quer crescer deve acostumar-se com as consequências”.

Jaraguá do Sul caracteriza-se por um processo acentuado e crescente de urbanização. A população urbana aumenta num percentual elevado, gerando constantes problemas. Este crescimento acelerado traz para a comunidade e para a administração pública novos e diferentes desafios, que refletem-se sobremaneira no meio ambiente. (...) Seu perfil altamente industrializado, aliado às constantes notícias de qualidade de vida, atraem o migrante, principalmente o de baixa renda e profissionalmente não qualificado, gerando déficit habitacional, carência de infra-estrutura, vandalismo, violência e ocupação indevida do solo, muitas vezes em áreas de risco³².

Se as palavras para caracterizar o movimento migratório agora eram

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Relembremos a matéria sobre as 11 mil famílias assistidas pela Secretaria de Bem-Estar Social. Segundo o cadastro, cerca de 20% eram de famílias migrantes. E o resto? De jaraguenses? Pela informação sim, o que equivalia a cerca de nove mil. Pois bem, a pobreza era uma realidade da cidade, e não só resultado do processo migratório, como queriam fazer crer as autoridades.

³¹ Edição de 31 jul., 1996, p. 2.

³² Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, *Plano estratégico municipal de assentamentos subnormais – Habitar Brasil-BID*, p. 5, grifo nosso.

desenfreada e desordenada, em substituição a uma onda que não passou, o que permaneceu foi a idéia da cidade proibida e da segregação ativa, como podemos ver pelo fragmento abaixo.

(...) a forma desordenada como são invadidas as duas principais cidades da microrregião é preocupante, havendo a necessidade de ser reverter o quadro e conter a migração. Não que se seja contrário a livre ida e vinda das pessoas. Mas há a necessidade de preservar a qualidade de vida, construída com muitos sacrifícios, mas que vem caindo assustadoramente. O aumento da criminalidade, a favelização, são alguns reflexos do problema³³.

Para resolver o problema, o *Jornal do Vale*³⁴ sugeria que as prefeituras, através da assistência social, deveriam, de forma urgente, criar mecanismos que inibissem a vinda desses migrantes, instituindo, por exemplo, um posto do migrante, que oferecesse recursos para o retorno às cidades de origem e aconselhando-os a divulgarem que, a exemplo de outras cidades, Guaramirim e Jaraguá do Sul possuem dificuldades enormes na área habitacional e carência de vagas nas escolas, entre outras. E antes que alguém pudesse questioná-lo, o jornal foi avisando que “não se tratava de atitude radical e anti-cristã. Mas é uma forma de preservarmos a nossa qualidade de vida”.

Por sua vez, os empresários³⁵ entregaram um documento ao prefeito Ivo Konell, evidenciando sua preocupação com a migração e propondo um melhor controle e fiscalização do fluxo migratório à região³⁶. Gilmar Moretti, presidente da ACIJS (Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul), ressaltava que Joinville e Blumenau, municípios visados devido à industrialização e forte economia, já executam uma política de controle e que Jaraguá do Sul tem sido a válvula de escape, com repercussão também em cidades vizinhas, como Guaramirim e Schroeder³⁷.

Para o presidente da ACIJS, “a migração é o reflexo da crise sócio-econômica do país e as regiões economicamente mais fortes atraem os migrantes em busca de novas oportunidades, inexistentes nas suas regiões de origem”. Por isso, segundo ele, mas sem citar que isso poderia se tratar de uma atitude anti-cristã ou coisa parecida, “é necessário começar já um

³³ *Jornal do Vale*, 06 abr., 1990, p. 11.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Agora, pelo visto, eles esqueciam que eram, também, responsáveis pela vinda dos migrantes, na medida em que tinham contribuído para consolidar a propaganda de Jaraguá do Sul como um lugar de muitos empregos e oportunidades.

³⁶ O alerta social para o crescimento da pobreza e da miséria dirigia-se diretamente ao poder público, manifestando a clara percepção de que cabe a este poder o controle sobre a organização do espaço urbano.

³⁷ *Jornal do Vale*, 08 nov., 1991, p. 7.

trabalho concreto de controle e fiscalização da migração, pois de certa forma já estamos atrasados nisso”.

Como aqui estaria a relação causal entre pobreza, marginalidade e criminalidade, especialmente a praticada contra o patrimônio, o remédio receitado era a vigilância e o controle dos nichos de resistência à lei e à ordem para dissuadir a migração de novos contingentes, ao mesmo tempo em que as condições existenciais da pobreza não eram afetadas pelas políticas públicas de distribuição da riqueza social. Estes mecanismos de controle descrevem técnicas e táticas de uma dominação que não se importa em estudar as causas da delinquência, mas se interessa principalmente com os mecanismos de controle de sua capacidade de mobilização social.

Aparentemente se levantando contra esse possível fechamento de fronteiras, encontramos os artigos de Egon Jagnow publicados em sua coluna Matutando, no Jornal Correio do Povo. Se num primeiro momento ele procurou discutir a questão de forma mais crítica, acabou por aceitar a triagem e o controle dos fluxos migratórios como solução. De acordo com ele, deveríamos nos colocar no lugar dessas pessoas que, não tendo lugar, nem emprego e nem forma de sobreviver onde estão, e ouvindo falar de cidades onde não há desemprego e todos ganham bem, se aventuram, com mulher e filhos, em busca de oportunidades e dias melhores. Tratando a migração como resultado da negação do direito fundamental de todos ao trabalho, ele sustentava que “não trabalhar por não querer, é responsabilidade daquele que assim age. Mas não poder trabalhar, por não lhe ser dado a oportunidade, passa a ser responsabilidade de outros”³⁸.

No segundo artigo, Egon Jagnow vai além, ao afirmar que a migração é um problema social causado por um modelo econômico injusto, que permite a concentração dos bens e do poder nas mãos de uma minoria, e que para solucionar o problema seria preciso resolver a questão da concentração das riquezas nas mãos desta minoria; seria necessário promover a redistribuição da renda e das terras, atacando o mal pela raiz. Para ele, o problema não se resolveria dizendo ‘aqui vocês não podem ficar; por favor, dirijam-se a outro local’³⁹.

Mas, enquanto as soluções para acabar com a migração desordenada não vêm

é preciso tomar algumas providências paliativas para não afundarmos no atoleiro. A primeira medida deveria ser a criação de um posto de controle

³⁸ JAGNOV, Egon. “Migrantes”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 26 out., 1991, p. 14.

³⁹ *Idem*. “Migrantes (2)”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 02 nov., 1991, p. 14.

na estação rodoviária local. Este deveria ter a incumbência de controlar e orientar o fluxo de migrantes que chegam via ônibus, haja vista que a maioria deles chegam desse modo. Este posto, num trabalho conjunto entre a Secretaria de Bem-Estar Social, ACIJS, SINE e outros órgãos, orientaria os migrantes quanto a empregos, moradia etc. Seria uma forma de acabar com a vinda desordenada e sem controle dos mesmos, dando-lhes uma orientação segura da realidade que aqui existe e o que se lhes oferece⁴⁰.

No início de seu novo mandato, em 1993, Durval Vasel anunciou que a Secretaria do Bem-Estar Social procederá a uma triagem no sentido de organizar o fluxo de entrada e permanência de migrantes na cidade para evitar a favelização. O primeiro passo seria assegurar um lugar e condições ideais para os que já estavam radicados no município em situação aceitável de mercado de trabalho; o segundo seria exercer um controle no ingresso de novos migrantes para evitar os abusos, ponto no qual o *Jornal Correio do Povo*⁴¹ concordava com o prefeito, haja vista que

apesar dessas ameaças, é só agora que o poder público começa a dar sinais de combater a migração desenfreada, com medidas como o levantamento do fluxo migratório do município e a conseqüente conscientização para que as famílias que chegam, sem emprego e sem moradia, voltem para suas cidades de origem, e com isso se evitar a criação de bolsões de pobreza na cidade.

Alguns dias depois, o jornal se desculpava, avisando que “não se trata de impedir o direito de ir e vir de cada um, mas sim de impedir que estas pessoas tenham uma qualidade de vida pouco digna a qualquer ser humano”⁴².

Uma semana depois, falando sobre o problema da migração no mesmo jornal, o prefeito Durval Vasel afirmava que como em Joinville, Blumenau e Brusque, Jaraguá do Sul também estava sendo alvo da migração. Contudo, a prefeitura já estava tomando providências, como a abordagem, na rodoviária, de pessoas com sacolas e bagagens que chegavam à cidade. Segundo ele, funcionários da prefeitura buscavam saber os objetivos e as condições em que essas pessoas vinham, e se não havia nada de concreto, como emprego e moradia, elas seria orientadas sobre a verdadeira situação do município e até se possibilitaria o retorno à cidade de origem. Confirmando essas palavras, a Secretaria do Bem-Estar começou o controle da migração, uma de suas principais preocupações, segundo a Secretária Maria Luiza Vasel, para quem “esse afluxo causa

⁴⁰ *Idem*. “Migrantes (3)”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 09 nov., 1991, p. 14.

⁴¹ Edição do 12 fev., 1993, p. 5, grifo nosso

⁴² *Jornal Correio do Povo*, 20 mar., 1993, p. 16.

inchaço populacional e amplia os grandes problemas sociais da cidade”⁴³.

Em abril de 1993, Egon Jagnow volta a escrever sobre o tema, abandonando a hipótese da triagem e do controle do fluxo, medidas que “não espelham nenhuma preocupação com a pessoa humana do migrante e não passam de um paliativo limitado e falho”. A migração, de acordo com ele,

é um problema social que carece de medidas arrojadas. E dentre estas medidas poderíamos citar o fim do paternalismo barato e interesseiro, a reforma agrária, a educação para mudar a mentalidade dos próprios migrantes que nada sabem fazer por si mesmos e só esperam que alguém faça alguma coisa por e para eles. Ou seja, não seria se desviando do problema, oferecendo-lhe passagem de volta à cidade de origem, um inegável atestado de ‘persona non grata’, que ele seria resolvido⁴⁴.

As discussões não paravam. O *Jornal do Vale* alertava para a necessidade de se definir as linhas de uma política de controle e reorientação dos fluxos migratórios. Diante dessa possibilidade, diversos municípios decidiram apertar o cerco em torno da migração, considerada um dos maiores problemas sociais vividos por algumas regiões de Santa Catarina. A decisão foi tomada em Brusque durante o 3º. Encontro de Secretários de Assistência e Bem-Estar Social – de Jaraguá do Sul participaram Alfa A. Pamplona e Maria E. Marques –, ocasião em que foi formada uma comissão para atuar junto ao governo do Estado em busca de soluções capazes de conter a chegada de famílias carentes vindas do Paraná e do Planalto Catarinense. Decidiu-se que seria feito uma campanha em cada cidade para que não se desse esmolas, mas que tais recursos, roupas e mantimentos, fossem entregues às secretarias de cada município, *de modo que o dinheiro doado seja utilizado para adquirir passagens para o retorno às origens*⁴⁵.

O então prefeito de Schroeder e presidente da AMVALI (Associação dos Municípios do Vale do Itapocu), Hilmar Hertel (PFL - Partido da Frente Liberal), era inteiramente favorável a um plano microrregional de controle do fluxo migratório como forma de enfrentar o fenômeno que envolvia questões sociais, políticas e culturais⁴⁶ e assumia características cada vez

⁴³ *Jornal Jaraguá News*, 22 abr., 1993, p. 4.

⁴⁴ JAGNOW, Egon. “Personas non gratas”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 03 abr., 1993, p. 4.

⁴⁵ *Jornal do Vale*, 17 jun., 1993, p. 3, grifo nosso.

⁴⁶ “A migração traz dificuldades também ao setor educacional, de forma que a prefeitura precisa contratar mais professores e investir alto na construção de salas de aula. (...). E boa parte tem dificuldades de aprendizado, não apenas por não conseguirem acompanhar a grade curricular, mas, sobretudo, pela desnutrição, desestruturação familiar e disciplina (falta de limites). O inchaço centraliza-se nas regiões do Três Rios do Norte, Ana Paula, Tifa Blaesing – Estrada Nova –, Jaraguá 84, no morros da Ilha da Figueira e João Pessoa” (*Jornal do Vale*, 07 set., 1995, p. 11).

mais preocupantes. Como os municípios de Schroeder e Guaramirim também começavam a observar o crescimento do problema migratório, Hilmar Hertel acenava com a possibilidade de colocar o assunto em pauta numa próxima reunião da AMVALI em busca de um consenso, e avisava

não que isso represente o cerceamento da liberdade de ir e vir ou de quem deseja fixar residência nas nossas cidades, mas é preciso destacar que os municípios já enfrentam seus próprios problemas e não tem condições de absorver famílias carentes que se aventuram na busca de melhores condições de vida, mas que, muitas vezes, acabam transformando um sonho em angustiante e arriscado pesadelo⁴⁷.

Como resultado da participação de Jaraguá do Sul nos encontros das Secretarias de Bem-Estar Social, começou a ser discutido na Prefeitura Municipal o “Projeto do Migrante”, que deveria envolver toda a comunidade. O objetivo do projeto era fazer com que

sem paternalismo, como na administração anterior, as políticas de ação social chegassem à comunidade como um todo, apoiando desde o menor até o idoso em suas necessidades básicas, no sentido de evitar a favelização, o desemprego, o subemprego, procurando alternativa para sanar a situação⁴⁸.

Dez anos depois da discussão do Projeto do Migrante, o problema continuava e a Secretaria de Desenvolvimento Social pretendia investigar a forma como pessoas vindas de outras cidades do Estado e do Paraná estavam chegando a Jaraguá do Sul, aumentando o índice de desemprego e pobreza no município. A preocupação se justificava pelo fato de a Secretaria estar desconfiada que prefeituras estavam tentando ‘livrar-se’ de pessoas carentes enviando-as para cidades consideradas promissoras, como Jaraguá do Sul⁴⁹.

Asuspeita dessa prática, segundo a então secretária de Desenvolvimento Social, Brunhilde Pasold, foi constatada por ela e o marido, o prefeito Irineu Pasold, quando uma mulher chegou à sua casa pedindo ajuda, contando que ela e mais três pessoas haviam recebido passagens da prefeitura de Curitiba para vir morar em Brusque, mas recebendo os bilhetes apenas até Jaraguá do Sul. Depois de ajudar com comida, Brunhilde Pasold pediu à mulher que ela e as pessoas que a acompanhavam fossem até o setor de assistência social da prefeitura para que pudessem ser adquiridas mais informações, mas elas não apareceram.

⁴⁷ *Jornal do Vale*, 17 jun., 1993, p. 3.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Jornal A Notícia*, 09 ago., 2002, p. 4.

Em resposta à matéria, o jornalista Sérgio Homrich dos Santos escreveu o artigo “Os paranaenses e o voto”. O autor começa seu artigo citando o livro de Josué Guimarães, *Os Tambores Silenciosos*, que narra “a história de um prefeito que simplesmente ‘fechou’ a cidade para o resto do mundo. Os mendigos, ele os empacotava e os jogava no rio, os jornais eram confiscados na madrugada e não havia notícia ruim que ganhasse as suas páginas e o conhecimento público”. Segundo ele, a introdução com o escritor gaúcho servia para manifestar sua tristeza enquanto jornalista, dirigente sindical e militante de Direitos Humanos em relação à matéria que banaliza o preconceito, pelo equívoco daquilo que prega. Sua indignação aumentava ao longo do texto, principalmente ao lembrar que era comum as empresas de Jaraguá do Sul ‘buscarem’ a força de trabalho dos paranaenses para ocupar a carência da mão-de-obra local⁵⁰.

Seguindo sua argumentação, Sérgio Homrich dos Santos perguntava ‘o paranaense é desqualificado?’, e respondia ‘grande parte dos jornalistas desta cidade são paranaenses’.

Uma pena que, embora não suportem esse preconceito, não saibam reagir, têm medo. O paranaense é moralmente desqualificado por causa dos boletins de ocorrência policial? Historicamente, esse tem sido o argumento que fomenta o preconceito. Jaraguense rico, que agride a mulher, bate nos filhos não aparece nos BOs (Boletins de Ocorrência) ou os seus BOs levam o carimbo ‘não divulgar’. Paulistas ou gaúchos com algum cacife também se livram da pecha de bandido. Em compensação, quando um jaraguense precisa se tratar de uma doença, e aqui não há recurso, vai para o Paraná. Curitiba é logo ali.

Para ele, todos devem rechaçar o preconceito, pois a periferia, onde está toda a força de trabalho, nasce e se consolida com a luta do paranaense. Assim, quando é para construir e edificar, o paranaense é bom, quando é para ter seus direitos assegurados, não consegue nem o passaporte para permanecer com dignidade em Jaraguá do Sul.

Conclusão

Como vimos, a presença dos “outros” compõem imagens que oscilam entre atitudes de aceitação e rejeição⁵¹. A segregação implica a

⁵⁰ SANTOS, Sérgio Homrich dos. “Os paranaenses e o voto”, p. 2.

⁵¹ Falamos de todos aqueles que, por ignorância ou herança, têm desprezo pelos migrantes, os ‘outros’; aqueles que têm como moeda corrente um repertório acumulado de estereótipos de uma situação que quase não conhecem, mas que se arvoram em falar sobre os ‘pés vermelhos’, os ‘paranaenses’, expressões que rapidamente levam à discriminação, ao preconceito, e à uma ideologia segundo a qual uma ordem progressista, ordeira e pacífica estaria sendo invadida e destruída por uma ordem

negação do acesso ao reconhecimento social e à participação na produção da riqueza. Esta gente é constituída, sobretudo, por pobres, colocados à margem da ordem formalmente estabelecida e do mundo oficial do poder, rejeitados ou ignorados pelo processo identitário; eles são a alteridade incômoda, o reverso da medalha da identidade nacional ou cidadã, do mundo dos humildes e da pobreza, cuja simples existência é denunciadora da desigualdade social, do preconceito e do que se convencionou chamar de problema a ser combatido. Além disso, este “outro” é negado como agente da história e varrido do espaço urbano que se pretende ordenar e civilizar. Em suma, são os produtos indesejáveis do progresso.

Bibliografia

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOFFMAN, Erving. *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOMES, Paulo César. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. “Mais além da “cultura”: espaço identidade e política da diferença”, in ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- JAGNOV, Egon. “Migrantes (2)”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 02 nov./1991.
- _____. “Migrantes (3)”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 09 nov./1991.
- _____. “Migrantes”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 26 out., 1991.
- _____. “Personas non gratas”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 03 abr., 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1998.
- Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. *Plano estratégico municipal de assentamentos subnormais – Habitar Brasil-BID*. Jaraguá do Sul, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Sérgio Homrich dos. “Os paranaenses e o voto”, in *Jornal Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 13 ago./2002.
- VAINER, Carlos. “Regionalismos: anacronismo ou pós-modernidade?”, in GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O novo Brasil: impasses, dilemas, perspectivas*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1995.

desenfreada, desordenada e marginal.

Abstract

Migration, media and migration policies in Jaraguá do Sul – SC (1980-1990): closing the borders to the undesirable products of progress.

Since the 1970s, with greater intensity in the 1980s, Jaraguá do Sul – SC was the scene of a major industrial and urban expansion. From this process, problems related to land speculation and urban infrastructure, in general, emerged and became more acute. At first, migration was welcomed, since it meant manpower ready to be used in the industries of the city. Then, in the early 1990s, when the main factories underwent an intensive restructuring process, this number of workers was no longer needed and was under attack by an intense transmission of negative ads and speeches made by local radios and newspapers, opposing ‘we’ and the ‘others’. By analyzing the urban discourses and practices of the local middle and elite classes, released by newspapers, this article draws attention to a vision of Jaraguá do Sul built from its center. From another perspective, are the migrants, who, historically, are located on the periphery, which is bound to space and social hierarchies and reinforced by mechanisms of stigmatization.

Keywords: Migration; Media; Closed borders; Speeches

Recebido para publicação em 08/02/2011.

Aceito para publicação em 12/04/2011.

Received for publication in February, 08th, 2011.

Accepted for publication in April, 12th, 2011.